

## **Abstract**

### **The RS' black operary: Pelotas and Rio Grande 1890-1920.**

In this article, we pretend to show as an introduction how was the insertion of slave-originated workers at the cities of Pelotas and Rio Grande after the abolition law. In this direction, is made a critic about the operary movement history, and innovating tendencies are observed in some of their associations. Those are journals, societies destined for parties, dramatics, assistance and recreation that were supposed to look for a higher independence from their early masters.

### **O operário negro no RS: Pelotas e Rio Grande 1890-1920.**

**José Antônio dos Santos**

Mestrando no PPG em História da UFF

O objetivo deste texto é mostrar, mesmo que de forma introdutória, a participação do trabalhador negro na formação do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul<sup>1</sup>. Para tanto, foi necessário delimitá-lo entre os anos de 1890 e 1920 no âmbito de Pelotas e Rio Grande, cidades que foram no período os centros irradiadores da industrialização no estado.

A Abolição da escravidão e a proclamação da República, foram momentos históricos cruciais para o processo de construção de uma identidade para a classe

---

<sup>1</sup> Pesquisa de Mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

trabalhadora brasileira. Principalmente porque, no caso da “lei redentora” de 1888, foram liberados para o mercado de mão-de-obra que se formava, o maior contingente de trabalhadores que possuía este país. Situação acrescida pela República, na medida em que esta elevava, formalmente, todos à condição de iguais perante a lei.

Até este momento, evidentemente, existiam trabalhadores no Brasil, mas não uma classe trabalhadora. Antes da Abolição, trabalhar era coisa de escravo portanto atividade degradante, desqualificada e desvalorizada pela sociedade imperial, mesmo na sua porção mais empobrecida. “O trabalho não era visualizado nem como um dever, nem como um direito”<sup>2</sup>, modificar esta situação na visão dos trabalhadores e da burguesia se fazia mais do que uma necessidade política, um imperativo econômico.

Nesse sentido, para o operário brasileiro criar uma identidade coletiva, uma vez que esta não fazia parte da sua tradição, deveria deter-se em alguns aspectos comuns que o levassem a obter o auto reconhecimento de si e do grupo e o reconhecimento pelos outros grupos.

Situação bastante dificultada pelo ingresso do imigrante europeu que, originário dos mais variados países, veio incrementar o incipiente mercado de mão-de-obra livre. O que incrementou ainda mais as diferenças objetivas como cor da epiderme, sexo, religião, costumes, língua e nacionalidade, e o grau de conhecimento técnico, bem exemplificado pelos mais variados termos com os quais eles se auto definiam, - operários, artistas, artesãos, funcionários assalariados, etc..

Diante desta situação de heterogeneidade, eram necessárias não só organizações corporativas, conhecidas como ligas, sociedades, resistências e

---

<sup>2</sup> GOMES, Ângela de Castro. República, trabalho e cidadania. p. 72 In: BOSCHI, Renato R. (Org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., : IUPERJ, 1991. pp. 69-79

sindicatos na luta dos trabalhadores contra o capitalismo que se instaurava, mas também outras associações e clubes beneficentes ou de ajuda mútua, que aglutinassem o maior número possível de trabalhadores com características comuns para fazer frente às condições adversas de desemprego, pobreza, doenças, morte e prisão, que eram comuns a todos, brancos e pretos, nacionais e imigrantes.

## I

A historiografia brasileira da década de 70 até a década de 90<sup>3</sup>, por nós consultada, sobre a formação da classe trabalhadora, quando estudou os primórdios desta, do final do século passado às primeiras décadas do século XX, a grosso modo, o fez de duas formas: ou preocupou-se sobremaneira com a participação dos imigrantes; ou trouxe à cena os operários *nacionais* e *brasileiros*, categorizando-os de forma abrangente e homogênea. No primeiro caso, os imigrantes que mais receberam a atenção dos pesquisadores, foram os de origem italiana, portuguesa e espanhola, respectivamente, os que entraram em maior número no país. Segundo Maram, de 1871 a 1920 foram 1.373.000 italianos, 901.000 portugueses e 500.000 espanhóis que vieram para “um meio já preparado para recebê-los como gente operosa e de confiança, dotada de aptidões especiais para as exigências da vida urbana”<sup>4</sup>. No segundo aspecto anteriormente citado, a literatura analisada, só se utiliza do “elemento nacional” como contraponto negativo do imigrante, que é o principal ator, geralmente “cultos e qualificados”, mais organizados, enquanto os *nacionais* não

---

<sup>3</sup> Bibliografia a ser citada em notas de rodapé no correr do texto.

<sup>4</sup> MARAM, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 15

“possuíam uma tradição de classe”. A referência aos *nacionais* se faz sempre vinculada a uma “cultura da escravidão”, história genérica que engloba brancos pobres e ex-escravos num único conceito, onde estes últimos, “sabiam que, devido ao racismo existente no país, nem suas economias nem sua operosidade lhes criariam oportunidades”<sup>5</sup>, por isso vigorava uma certa apatia, desinteresse com o trabalho e com uma organização de qualquer tipo. Quando a proposta é estudar os *nacionais* em separado<sup>6</sup>, os estereótipos da vadiagem também não ficam muito longe, no sentido de que são pechas impostas pela “classe dominante” e aceitas pacificamente, ou são definidos como uma “determinação estrutural”<sup>7</sup>, ou seja, são grupos de indivíduos que por possuírem composição étnica muito variada têm dificuldades na sua organização como classe, por isso se movem conforme as necessidades do mercado de mão-de-obra ou submetidos à “missão civilizadora” do capitalismo que se implantava.

Por outro lado, temos uma literatura mais recente que busca no acompanhamento de trajetórias individuais<sup>8</sup>, biográficas, fugir das “determinações estruturais” que limitariam a atuação dos indivíduos no interior do processo de industrialização que se instaurava. São sujeitos de sua própria história, geralmente imigrantes de atuação destacada, que, editores de jornais operários, escritores, professores, líderes sindicais vinculados às idéias anarquistas ou socialistas, tornaram-se os personagens mais visíveis da classe operária, o que parece lhes garantir, em

---

<sup>5</sup> MARAM, Sheldon L. op. cit. p 15

<sup>6</sup> KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

<sup>7</sup> FAUSTO, B.. A formação da classe operária: determinações estruturais. In: *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1976.

<sup>8</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva da sua vida cotidiana (1868-1945)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História - UFRGS, 1996. mimeo.; DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991.

retrospecto, certa autonomia de atitudes, uma vez que eram “conscientes” da sua posição no seio da luta de classes.

Ainda podemos ressaltar, a forma generalizante e/ou regionalista com que se reveste boa parte desta literatura, que se propõe a estudar a classe operária **no Brasil**, mas que por problemas, normalmente definidos como “razões de interesse e possibilidades de pesquisa”, “importância numérica” ou “relevância”, acabam sempre analisando o próprio umbigo e fazendo desta história regional a história do país<sup>9</sup>. Não temos dúvidas que devemos considerar a história da industrialização no Rio de Janeiro e São Paulo como as experiências seminais, ou, dependendo do ponto de vista, ovulares do processo de industrialização no Brasil, mas devemos estar atentos também para distinguirmos como se deu este processo em outros estados e municípios revestidos com peculiaridades próprias, distintas, embora muitas vezes assumindo características complementares àquele processo.

Ao contrário de São Paulo, por exemplo, onde a acumulação cafeeira exigia a imigração massiva promovida pelo Estado como alternativa à falta de mão-de-obra, no Rio Grande do Sul, economia subsidiária daquela, o contingente de trabalhadores livres formara-se progressivamente, desde o primeiro surto imigratório de 1824 com a entrada dos alemães, passando pela Lei de 1884 que estabelecia a condição do escravo contratado, até a Abolição, condição última para a liberdade do mercado de mão-de-obra que se instaurava na sociedade gaúcha. Neste caso, foi com o desenvolvimento da agricultura e pecuária que se desenvolveram as condições para o surgimento da

---

<sup>9</sup> Nesse sentido, ver esclarecedor artigo de PETERSEN, Sílvia R. F.. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90: Revista do Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: PG-História/UFRGS, n. 3, maio de 1995.

indústria, concomitante à urbanização, como parte integrante desse processo, foi introduzido o trabalho assalariado.

É necessário que seja dito, em abono a esta historiografia, que com o advento da República os termos *liberto* e *ex-escravo* desaparecem de jornais operários e outros documentos utilizados. Os novos tempos republicanos procuravam extinguir o estigma contra o trabalho do período anterior, alçando todos à nova condição de *trabalhadores*.

Para perseguirmos a história dos egressos da senzala, sejam eles *pretos*, *pardos*, *negros*, *mulatos*, normalmente assim definidos só em situações negativas de distúrbios, roubos, brigas, ou “datas comemorativas”<sup>10</sup> pelos jornais de época, podemos recorrer a algumas fotografias<sup>11</sup> ou aos seus próprios periódicos. Como exemplo desta “imprensa negra”, no caso do Rio Grande do Sul, podemos citar “O Exemplo” (Porto Alegre, 1892-1930), “A Cruzada” (Pelotas, 1905-?), “A Navalha” (Santana do Livramento, 1931-?), “A Revolta” (Bagé, 1925-?), e “A Alvorada” (Pelotas, 1907-1965).

---

<sup>10</sup> O TROCISTA, Santa Maria, 18 de maio de 1902. Saudando o aniversário da Abolição o Editorial deste periódico assim se refere: “Os negros essas frágeis barcas que navegam sem rumo, sem leme, sem barqueiro, no temeroso mar da sociedade; esses filhos da desgraça que nasciam, viviam e morriam sem uma única esperança; consideraram-se irmãos dos brancos. Foi, pois, durante o reinado de D. Pedro II que os filhos do Brasil reconheceram como irmãos a todos os negros que até essa data tinham sido escravos”.

## II

Dentro do marco cronológico que trabalhamos, 1890 - início da industrialização no Rio Grande do Sul, em Pelotas e Rio Grande, segundo Foot Hardman<sup>12</sup>, e 1920 - ano geralmente reconhecido pelos historiadores, após a greve de 1917 e a perseguição que se estendeu, como de descenso da organização e luta operária. No início deste processo, o Rio Grande do Sul não só apresentava “relativa falta de mão-de-obra para ocupar o mercado de trabalho em formação, como também reduzida disponibilidade de capital-dinheiro”<sup>13</sup>. Isto se explica pois afinal, o principal produto de exportação para o mercado interno e fonte de acumulação primitiva, o charque, deixara de sê-lo desde 1870.

Em relação à falta de mão-de-obra, temos a situação dos imigrantes alemães (1824) e italianos (1874), chegados no Rio Grande do Sul com o *status* de colonos, isto é, receberam terras e ferramentas para trabalhar e sementes para cultivar, o que os levou para bem longe das cidades, num primeiro momento. Situação esta que vai começar a mudar por volta do final do século passado, por um lado porque estas famílias crescem e necessitam de mais espaço e possibilidades de sobrevivência que a cidade começa a oferecer, por outro, talvez possamos colocar como um avanço neste processo a Constituição de 1891 no seu artigo 69, que formaliza um mercado de mão-de-obra, na medida em que tornava cidadão brasileiro todo estrangeiro que se encontrasse no Brasil e que nos próximos seis meses, depois da promulgação da mesma, não se manifestasse contra esta nova condição jurídica. O que permitia que

---

<sup>11</sup> Acervo de fotos do Núcleo sobre Industrialização e Movimento Operário do Departamento de História do IFCH-UFRGS.

<sup>12</sup> FOOT HARDMAN, F. e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: s/ed., 1982.

todos os trabalhadores, negros ou brancos, nacionais ou estrangeiros se apresentassem na condição de concorrentes às ofertas de trabalho. Mas, mesmo assim, a oferta de mão-de-obra nas cidades gaúchas era pequena, pois os brasileiros pobres, em boa parte, continuavam presos à terra e à relação paternalista com o fazendeiro. Nas estâncias e fazendas de agricultura e pecuária extensivas, trabalhavam como peões, obtendo em troca casa, comida e terra para plantar, em alguns casos, pequena remuneração.

Desta forma, em virtude da pequena oferta de mão-de-obra, os salários médios pagos na indústria gaúcha superavam aqueles pagos na indústria paulista na maioria dos ramos industriais<sup>14</sup>, bem como era restrita a participação das mulheres no conjunto da força de trabalho industrial, 54,8% maior na indústria paulista em comparação com a gaúcha, o que corrobora a tese da “relativa falta de mão-de-obra” no Rio Grande do Sul. O que vai ajudar para um maior poder de barganha dos operários nas suas reivindicações, juntamente com práticas assistencialistas dos empresários que possibilitavam aos seus empregados fundos de pensão, moradias, assistência médica, escolas, etc., o que por outro lado acarretava uma certa estabilidade nos empregos e uma maior disputa por eventuais vagas<sup>15</sup>. Práticas assistencialistas que tinham ressonância junto à elite dirigente, que têm no Partido Republicano Riograndense a sua expressão política, definida por um “discurso

---

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra J.. Trabalho livre e ordem burguesa, Rio Grande do Sul 1870-1900. In: *Revista de História*. São Paulo: n. 120, jan./jul. 1989

<sup>14</sup> Informações retiradas de HERRLEIN JR., Ronaldo e DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República: a experiência do Rio Grande do Sul. In: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>15</sup> Para maiores informações sobre as implicações das “políticas assistencialistas” e o movimento operário, ver: PETERSEN, Sílvia R. F. *El proletariado urbano en RS, 1888-1919*. Dissertação de Mestrado, México: UNAM, 1977. mimeo.; PETERSEN, S. R. F. As greves no RS, 1890-1919. In: DACANAL, J. H. e CONZAGA, Sérgio (Orgs. ). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado

positivista” de defesa da indústria e ajuda legal, estatal ao empresariado. Naquele discurso de inspiração positivista, imperava a máxima da moralização e educação como fatores de ordem e estabilidade, neste sentido, negava o conflito de classes intervindo, como um juiz, diretamente nos processos de litígio entre capital e trabalho, para assegurar “...as plenas condições de realização do capital, controlava os conflitos e mantinha a estabilidade social e política”.<sup>16</sup>

As cidades de Pelotas e Rio Grande, não fugiam muito desta moldura. Rio Grande, cidade-porto, primeiro núcleo de povoação do Estado (1737), ponto estratégico-militar e econômico importante na relação com o Prata, imprescindível para a defesa e delimitação fronteiriça, uma vez que teve a sua origem ligada a construção de um forte, marco dos limites do território português. Cidade que, desde o início do povoamento da Província de São Pedro, assume posição de destaque na economia gaúcha como principal porto escoador/receptor de mercadorias, escravos e imigrantes, ou como importante pólo de produção e exportação de charque. Importância econômica e estratégico-militar que se estende, o que é confirmado pela construção da malha ferroviária em 1884.

Recebe também de forma pioneira no estado em 1874, expressivo investimento externo para a construção da manufatura têxtil de Rheingantz & Cia<sup>17</sup>. Nesta mesma manufatura, ainda em atividade, tivemos o convívio lado a lado no manuseio das máquinas, de imigrantes e negros, conforme atesta o Processo Crime de

---

Aberto, 1979; XERRI, Eliana G.. Uma incursão ao movimento operário de Rio Grande no início do século XX. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História - PUC/RS, 1996. mimeo.

<sup>16</sup> PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 133

<sup>17</sup> Para maiores informações ver ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.) *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: URG/SMEC, 1995.

04 de maio de 1904, onde é citado o caso de um operário negro agredido por navalha por dois italianos<sup>18</sup>.

A cidade de Pelotas, por sua vez, teve no processo de urbanização no final do século XVIII, a influência decisiva da “...riqueza gerada pela indústria do charque, mola propulsora da prosperidade e fixação de homens na região”<sup>19</sup>, que foi um dos locais de maior concentração de população escrava do Rio Grande do Sul. Em função dos estabelecimentos saladeiris, de caráter artesanal no início em 1780, transformaram-se ao longo do século XIX em empresas voltadas para o mercado consumidor nacional, o que vai exigir intensa concentração da mão-de-obra escrava. Escravos estes, - segundo o excelente trabalho de Gutierrez<sup>20</sup>, que envolveu uma brilhante reconstrução histórica, via testamentos com a ajuda da Arqueologia, da ocupação do espaço nas charqueadas e cidade de Pelotas, - “... desde os primeiros tempos, os escravos eram qualificados nas diversas profissões”. Nos inventários analisados faziam parte, desta mão-de-obra cativa charqueadores, marinheiros, pedreiros, alfaiates, carpinteiros, carneadores, costureiras, sapateiros, tropeiros, campeiros, chimangos (desossadores), etc, o que comprova a especialização daqueles trabalhadores, e colabora para tornar mais plausível a sua hipótese de que foram os escravos que construíram a cidade de Pelotas nos períodos de entressafra da produção do charque. Construção e manutenção de “...palacetes que serviam de residência urbana aos charqueadores, como uma série de casas de aluguel, destinadas à moradia,

---

<sup>18</sup> XERRI, E. G. Op. cit. p. 82

<sup>19</sup> ARRIADA, Eduardo. O processo de urbanização pelotense, 1780-1835. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUC/RS, 1996. p. 150

<sup>20</sup> GUTIERREZ, Ester J. B.. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado - PUC/RS, 1993.

ao comércio e aos serviços”<sup>21</sup> eram tarefas diárias de homens escravizados que acabavam se especializando nestes serviços.

A importância do escravo nesta cidade, como podemos ver, foi fundamental no processo de sua gênese no final do século XVIII e argumentaríamos nós, também no processo de industrialização, pois, uma vez que o Rio Grande do Sul não foi beneficiado pela corrente imigratória do início deste século, que foi canalizada para o “centro” do país, teve que se utilizar da mão-de-obra *nacional*. Deste grupo, normalmente definido como *nacional*, pretendemos fazer um recorte e estudar os ex-escravos, vislumbrando uma hipótese a ser testada, - “...é presumível que uma parcela deste segmento tenha sido incorporada ao trabalho industrial”<sup>22</sup> - , nos distanciando da presunção, vamos estudar como o negro se inseriu/foi inserido enquanto mão-de-obra livre e como se deu a sua absorção no mercado de trabalho que se implantava naquelas cidades.

### III

Temos como principal hipótese que não havia falta de mão-de-obra nas cidades de Pelotas e Rio Grande quando do início do processo de industrialização gaúcha, como é geralmente caracterizado pela literatura sobre o assunto, e que poderemos verificar, tendo isto como uma probabilidade, o ex-escravo se constituindo como a principal reserva de mão-de-obra a ser utilizada naquele processo. O operário

---

<sup>21</sup> GUTIERREZ, Ester J. B.. (op. cit. p. 77)

<sup>22</sup> AGNES, Silvia Clara. *A questão do geral e do específico na historiografia latino-americana: análise do processo de constituição da mão-de-obra industrial em Pelotas, Rio Grande e cidade do México*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 1990.

negro como grupo étnico diferenciado dentro da classe operária em formação, em número e conhecimento técnico suficiente para ser aproveitado na incipiente indústria que gestava naquelas cidades. Nesse sentido, não podemos esquecer daquela visão classista, aglutinadora da literatura anteriormente analisada, focalizando tudo em termos de *classe operária* ou *movimento operário*, contribuindo para fazer desaparecer um mecanismo específico de opressão, organização e resistência, ou seja, o operário negro viveu uma situação histórica específica na medida em que sofreu discriminação baseada na cor da pele.

Deixamos definido que grupo étnico é aqui usado no sentido de “...elemento definidor da identidade de grupos humanos, por dar conta das aglutinações culturais historicamente verificáveis entre seres, cujas razões e dinâmicas extrapolam a concentração de melanina que têm em suas peles, permitindo a percepção do homem, na sua diversidade, como animal essencialmente cultural”<sup>23</sup>. E classe como uma categoria heurística e analítica, a ser empiricamente comprovada no acompanhamento ao longo do tempo pretérito de homens e mulheres que no seu fazer cotidiano têm as mesmas necessidades e dão as mesmas respostas às vicissitudes diárias, o que Thompson chama de “determinações objetivas”<sup>24</sup>, distinguindo-se como diferentes em relação e oposição a outros indivíduos ou grupos com “determinações objetivas” diferentes. Entendemos como “determinações objetivas”, não só a oposição daqueles que detém o capital ou o trabalho, ou a posição que ocupa na estrutura produtiva, mas também onde está localizada a moradia desses indivíduos no espaço geográfico

---

<sup>23</sup> NETO, Edgar F.. História e etnia. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>24</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antonio L. e SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Textos Didáticos, n. 10, vol. 2, UNICAMP, 1998.

delimitado da cidade, como mora, que tipo de casa, o que consome, come, veste, qual o seu lazer, mas principalmente, como se organiza para resolver seus problemas. Isto posto, fica claro que aquele grupo de indivíduos não será definido e aglutinado unicamente em função da cor da epiderme, mesmo sendo esta a característica principal, mas também pela cultura que compartilham, onde esta não existe em separado, ela influencia e é influenciada.

Devemos levar em conta a necessária delimitação do “espaço social” onde atuariam aqueles indivíduos, cujo número, área de atuação com seus limites e fronteiras, bem como as relações entre eles, é necessário definir. Estes sujeitos, na maioria negros, trabalhavam em gráficas, biscateiros da construção civil, barbeiros, pedreiros, carregadores, alfaiates, vendedores de água e frutas, operários do porto, nos jornais diários ou na “imprensa negra”, vão “fazer-se” visíveis, criando identidade<sup>25</sup> e padrões em suas relações neste complexo processo de inserção, organização, dominação/resistência e participação na formação da classe operária em Pelotas e Rio Grande. Em alguns momentos se reúnem, formam um grupo com um mesmo objetivo, como foram os casos das sociedades beneficentes exclusivamente de negros, *Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho* (Rio Grande, 1891), *Sociedade Beneficente Socorro dos Artistas* (1890), *Sociedade Beneficente Fraternidade Artística* (1890) e a *Sociedade S. Amparo Mútuo* (1890), as últimas de Pelotas.

Tais sociedades de socorros mútuos, tinham como principal objetivo construir mecanismos de proteção e solidariedade, neste caso étnica, àqueles que lançados no mercado de trabalho não possuíam qualquer proteção social. Através de contribuições,

---

<sup>25</sup>... identidade como forma de representação coletiva que articula uma comunidade de sentido e cria uma sensação de pertencimento a um grupo, região ou nação”. p. 80 PESAVENTO, Sandra J.. Os

na maioria das vezes mensais, eram assegurados aos sócios e dependentes os mais diferentes serviços previdenciários como tratamento médico e “botica” (farmácia), auxílio a órfãos, inválidos, velhos e viúvas; ajuda financeira em casos de desemprego, morte e questões judiciais.

No caso específico da *Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho*, “exclusivamente de pretos e pardos, sem distinção de sexo, idade, classe e nacionalidade”<sup>26</sup>, como podemos ler logo na primeira página de seu estatuto, organizada para defender os interesses daquele grupo. O sócio e seus dependentes, tinham direitos de assistência econômica e médica quando de desemprego, doença, velhice, morte ou prisão. Neste último caso, o sócio tinha direito “a receber, quando caía em alguma prisão, cuja natureza o leve a esperar o julgamento, 300 réis diários, uma vez que a prisão não tenha por causa roubo estupros, assassinatos voluntários e tudo quanto possa ofender o decoro e o respeito à sociedade em geral”; a cooperativa proporcionava-lhe advogado e todos os meios para ajudá-lo em sua defesa, ou àqueles “que forem presos por violências de abusos de autoridade ou em defesa da dignidade.” [p. 4-5] Em quase todos os estatutos se faz referência explícita aos casos de prisão, o que nos sugere, entre outras coisas, ser algo comum as arbitrariedades policiais naquelas cidades. Ao que parece, também a solidariedade era muito valorizada socialmente, pois os sócios eram obrigados a participarem dos funerais de seus pares, sob pena de multa se a ausência não fosse justificada.

Podemos ter uma idéia da importância destas sociedades mutualistas para os negros daquelas cidades, se compararmos com o caso da cidade de São Paulo onde de

---

excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Cadernos Porto e Vírgula* (Presença negra no Rio Grande do Sul). Porto Alegre: UE/Prefeitura Municipal, n. 11, 1995.

1902 a 1917 foram encontrados registros de somente sete destas sociedades compostas exclusivamente por negros, além de grande número de mutuais por etnia (italianos, espanhóis, portugueses, alemães, franceses, austríacos, japoneses, russos, sírios, etc.).<sup>27</sup> Este trabalho de De Luca, mostra que as sociedades de auxílios mútuos não foram uma fase inicial e curta que daria espaço para o aparecimento dos sindicatos, como querem alguns dos “estudiosos evolucionistas” do movimento operário. Mas sim, que foi um movimento com muitas particularidades, por exemplo, não eram organizações exclusivamente operárias, podendo comportar membros das mais diversas camadas sociais como os patrões; os mais diversos tipos de profissionais (alfaiates, carroceiros, tipógrafos, sapateiros, etc.); organizando-se também além de por etnia, credos religiosos ou bairros. Segundo esta autora, muitas destas associações se estenderam até a década de trinta, o que mostra que “sindicalismo e mutualismo são, portanto, fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre eles”<sup>28</sup>.

O conceito de *habitus* de Bourdieu<sup>29</sup>, como “... sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”, talvez possa ser aqui usado para definir aquele grupo como possuidores de um mesmo *habitus*, ou seja, são indivíduos que pertenceram a uma mesma “escola da vida” - a escravidão. Os mesmos podendo

---

<sup>26</sup> Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho. *Estatutos*. Rio Grande: Typographia do jornal O Bisturi, 1891.

<sup>27</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990. pp. 26-30 Quadro I

<sup>28</sup> DE LUCA, T. R.. Op. cit. p. 11

<sup>29</sup> Considerações e citações, desta parte do texto, retiradas de BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992, p. 191; principalmente o capítulo 4 - Campo do

serem definidos pelas “posições relativas” que ocuparam num espaço multidimensional ou campo de forças onde interagem forças objetivas, - cor da pele, modos de vida e necessidades de sobrevivência, - e forças subjetivas, a própria condição de ter sido tratado num passado próximo como um objeto ao dispor do dono. Posição que pode ser definida conforme colocação daqueles indivíduos ou grupo deles num determinado campo, dependendo da quantidade e qualidade dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico), que aqueles indivíduos tinham, eles vão ocupar posições diferentes nos respectivos campos, e, por sua vez, no espaço social definido. Tendo-se por certo que cada campo tem sua lógica própria e a sua hierarquia própria, é necessário estabelecer hierarquias entre os campos, onde o campo econômico vai impor sua estrutura.

Podemos tomar como exemplo o grupo de pessoas que se organizou em torno do jornal “A Alvorada” (Pelotas, 1907-1965), são indivíduos que no “campo intelectual” da cidade e região são respeitados como formadores de opinião. Escrevem em outros jornais, proferem aulas e palestras, ou seja, possuem “capital cultural” suficiente para entrarem e manterem-se no campo intelectual e serem respeitados. No caso, de Juvenal Penny, que era o dono do “A Alvorada”, seu diretor e principal incentivador, inseriu-se no “campo econômico”, neste possuindo certo trânsito, pois a redação do jornal ficava no mesmo lugar da tipografia, fazia trabalhos tipográficos externos de todo tipo, além de imprimir o próprio jornal. Nesta situação de jornalista, comerciante e prestador de serviços, Juvenal, estava solidamente inserido na estrutura econômica da cidade. No seu jornal eram veiculados anúncios comerciais de oferta

---

poder, campo intelectual e *habitus* de classe, e, BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

dos seus serviços tipográficos, bem como registrados quinzenalmente, na forma de notas, os jornais definidos como “co-irmãos” recebidos em permuta, o que vem a atestar a ampla circulação do jornal na região e capital. Os assinantes em débito com a sua mensalidade, segundo o jornal, que se dizia falar “em defesa da raça etiópica”, “traíam a raça”, o que mostra, em certo sentido, a vinculação maior de Juvenal e vários outros que escrevem no “A Alvorada”, bem como os que o assinam e pagam a mensalidade, num projeto social de resgate e afirmação do grupo étnico ao qual pertenciam.

Por outro lado, como Juvenal Penny, temos vários outros escritores no jornal que possuem sobrenomes estrangeiros, muitos deles podemos encontrar fotos comemorativas nos jornais que nos mostram a descendência africana, ficamos com a dúvida, porque tais sobrenomes ? Foi nos aventada a hipótese de que em função da proximidade da cidade de Pelotas com o porto de Rio Grande, e o número expressivo de estrangeiros que na cidade de Pelotas circulavam, alguns indivíduos negros procuravam esquecerem ou esconderem o estigma de serem descendentes de escravos, por isso, buscavam num novo nome, normalmente de estrangeiros, escapar das malhas do passado<sup>30</sup>.

Juvenal ombreando lado a lado com outros escritores negros, traz individualmente e em conjunto, forte presença de “capital cultural” adquirido na escola ou de forma autodidata. Com participação social destacada, pois além do jornal fundaram clubes recreativos e bailantes; organizaram torneios e times de futebol; e divulgaram intensa campanha no início do século pela educação escolar dos negros, o

---

<sup>30</sup> Hipótese sugerida pela Profa. Beatriz Loner, vinculada ao Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas que desenvolve Tese de Doutorado na PPG Sociologia da UFRGS sobre o movimento operário em Pelotas e Rio Grande, em fase final, a qual agradecemos.

que, provavelmente, lhes assegurava importante reconhecimento público na cidade, e uma certa legitimidade na fração de classe na qual atuavam e em nome da qual fundaram o jornal<sup>31</sup>.

O diálogo com o conceito gramsciano<sup>32</sup> de “intelectual orgânico”, entendido como aquele indivíduo que originário da própria classe ou fração desta, toma para si a tarefa, algo complexa, de organizador das idéias, anseios, questionamentos e problemas, daquelas pessoas, transformando-as em práticas objetivas e mobilizatórias, é necessário para entendermos àqueles “intelectuais negros”. Ainda com a ajuda de Gramsci, podemos definir o jornal “A Alvorada” como um “partido”, ou seja, grupo organizado em torno de um veículo de comunicação com objetivos específicos que uma vez possuindo a hegemonia interna do grupo faz valer suas idéias, “assumindo as funções de um partido”, tendo como pressuposto, que “a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social”<sup>33</sup>.

Com o necessário aprofundamento da pesquisa em busca de maiores conhecimentos daquela realidade por onde passaram os trabalhadores negros, poderemos definir até que ponto àquelas pessoas, aqui conceituados “intelectuais orgânicos”, ligados ao jornal “A Alvorada”, estavam comprometidos com os anseios daquele grupo do qual eles se diziam porta-vozes, bem como se poderemos defini-los como fazendo parte de um partido na acepção gramsciana.

---

<sup>31</sup>Nos anos iniciais do jornal já pesquisados as referências a “sarao dansante”, “bailes”, “jogos de football”, escolha da Rainha do jornal, “festival literário e recreativo, do Club José do Patrocínio, em homenagem à data que assinalou a extinção da escravatura em nossa pátria”, bem como anúncio de “espectaculo levado à scena, bonito drama José, o Mulato Jornalista, da lavra do pranteado dramaturgo rio-grandense Arthur da Rocha”, muitos destes eventos organizados pelos mesmos nomes que escreviam semanalmente no jornal “A Alvorada”.

<sup>32</sup>GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984; GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização d a cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Enfim, são muitas as possibilidades que se vislumbram neste horizonte de “novas fontes” para a história dos trabalhadores brasileiros. Temos certeza, no entanto, que a história do operário negro é, no seu início, muito parecida com a dos outros operários brasileiros e com esta se confunde. Mas, ao contrário da história dos outros operários, ou seja, os imigrantes, normalmente os únicos que fazem parte da história do *movimento operário*, esta “história de negros”, ainda está para ser contada.

---

<sup>33</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 24